

mesmo diapasão, exclamaria: “Grande Deus! já é crime amar o Brasil, ser nele nascido e pugnar pela sua Independência e as suas leis!”

O ambiente na Corte era de tensão: a 9, os ministros da Guerra e da Justiça, portugueses de nascimento, haviam pedido demissão, seguidos, a 10, por Carneiro de Campos e Nogueira da Gama. Ao reunir-se, a 11, a Assembléia sabia que se preparava contra ela um golpe. Ia em meio a sessão, realmente, quando chegou ofício do ministro do Império, Francisco Vilela Barbosa, já formado o novo ministério. Narrava que os oficiais da guarnição haviam representado ao imperador contra os insultos que vinham recebendo da imprensa, que acusavam de incendiária; o imperador fora de parecer que os militares não se deveriam imiscuir nos negócios políticos, mas esperava da Assembléia providências relativas à tranqüilidade pública. A Assembléia respondeu com moderação: pedia acusação concreta, com menção dos oficiais e dos jornais. A informação voltou pela madrugada: a representação fora dos oficiais de todos os corpos da guarnição, os jornais eram o *Tamoio* e a *Sentinela*, com os Andradas como responsáveis pela redação daquele e influência neste.

quem? Da Nação *Brasileira* não pode ser: quando se perde a dignidade, desaparece também a nacionalidade. Não, não somos nada, se estúpidos vemos, sem remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do *Brasil* estrangeiros que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões. Como disse pois a Comissão que o caso devia remeter-se ao Poder Judiciário, e que não era da nossa competência? Foi ele simples violação de um direito individual, ou antes um ataque feito a toda a Nação? Foi o cidadão ultrajado e espancado por ter ofendido aos indivíduos agressores, ou foi por ser *Brasileiro*, e ter aferro e afinco à Independência do seu País, e não amar o bando de inimigos que, por descuido nosso, se tem apoderado das nossas forças? Os cabelos se me eriçam, o sangue ferve-me em borbotões à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito: *vingança!* Se não podemos salvar a honra *Brasileira*, se é a incapacidade, e não traição do Governo, quem acoçoa os celerados assassinos, digamos ao iludido Povo que em nós se fia: *Brasileiros, nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomai vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos.* Mas será isto próprio de homens que estão em nossa situação? Não, por certo; ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder a confiança que em mim pôs o brioso Povo *Brasileiro*. Poderei ser assassinado: não é novo que os defensores do Povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará vingança, e eu passarei à posteridade, como o vingador da dignidade do *Brasil*. E que mais pode desejar ainda o mais ambicioso dos homens? Ainda é tempo, Sr. Presidente, de prevenirmos o mal, enquanto o vulcão não arrebenta; desaprove-se o parecer da Comissão, reconheça-se a natureza pública e agravante do ataque feito ao Povo do *Brasil*, punam-se os temerários que ousaram ultrajá-lo, abusando da sua bondade, não poluam mais com a sua impura presença o sagrado solo da liberdade, da honra e do brio; renegue-os o Império, e os expulse de seu seio. Sr. Presidente, os assassínios repetem-se; ainda anteontem foi atacado por ímpios rufiões um *Brasileiro de Pernambuco*, Francisco Antônio Soares: se a espada se não desembainha, se toda a força nacional não esmaga os celerados que querem fazer-nos guerra por traições noturnas, somos a zombaria do mundo, e cumpre-nos abandonar os lugares que enxovalhamos com a nossa gestão. Eu mando à Mesa a minha emenda. Diga-se ao Governo que, ainda que o caso do insulto feito ao cidadão David Pamplona pareça violação de um direito individual, como por sua natureza e circunstâncias seja uma injúria pública ao *Brasil* faça inquirir deles; e verificados os autores, a Assembléia o